

Governo usa previsões do PIB diferentes para dívida e pensões

Previsões de crescimento económico para estimar evolução da dívida são mais optimistas do que para calcular despesa futura com pensões

NUNO AGUIAR
naguiar@negocios.pt

No Documento de Estratégia Orçamental (DEO), o Governo português utiliza duas previsões diferentes de crescimento económico: uma para construir as projecções de evolução da dívida pública e outra para antecipar o futuro peso das pensões no orçamento. Se os pressupostos usados no documento fossem os mesmos, a descida do rácio de dívida deveria ser mais lenta ou a despesa com pensões menos pesada. Finanças argumentam que é o procedimento normal.

A diferença foi identificada no último relatório do Barómetro das Crises, realizado pelo Observatório sobre Crises e Alternati-

Nuno Teles, investigador do Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, e autor da análise, considera que “há um claro motivo político”. E mesmo que não haja uma intenção, “no mesmo documento, ter duas projecções sobre previsões de crescimento é, no mínimo, estranho e pouco sério.”

Contactado pelo **Negócios**, o Ministério das Finanças justificara a utilização das projecções da Comissão Europeia com o facto de não existirem previsões de tão longo prazo realizadas por entidades portuguesas. Quanto às acusações de incoerência, argumentam que é prática comum os governos utilizarem projecções próprias em relação a outras matérias, mesmo que sejam diferentes

2%

Taxa de crescimento média do PIB utilizada pelo Governo para estimar a evolução da dívida pública até 2040.

1,2%

Taxa de crescimento média do PIB (2010 a 2060) utilizada para ilustrar a evolução dos gastos com pensões.

vas. A publicação alerta para o facto de o Ministério das Finanças apontar para um crescimento nominal médio de 3,5% entre 2012 e 2040, o que – tomando como referência a inflação de 2017 – significa um crescimento médio real de 2%. No entanto, no mesmo documento, o Executivo utiliza projecções do Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento da Comissão Europeia, cuja previsão de crescimento económico médio é 1,2% entre 2010 e 2060. Apesar de o período não ser totalmente coincidente, a diferença de 0,8 pontos percentuais entre as duas médias é significativa.

“Temos assim pressupostos de crescimento optimistas quando se trata de argumentar a sustentabilidade da dívida pública (por exemplo) e pressupostos pessimistas quando se quer sugerir a insustentabilidade da segurança social”, pode ler-se no Boletim.

daquelas que são produzidas em Bruxelas.

Despesa bruta ou líquida

Outro problema que é apontado ao DEO pelo Observatório está relacionado com a forma de cálculo do impacto orçamental da despesa com pensões. O DEO refere que em 2060, o Estado gastará 12,7% do PIB com pensões.

Contudo, consultando o documento de Bruxelas, observa-se que esse é um valor bruto. Em termos líquidos – isto é, contando com a receita que o Estado recebe em impostos directos – o peso é 11,7%. “Embora não seja explicitamente referido, o DEO utiliza os dados relativos a gastos brutos com pensões no seu cálculo de impacto orçamental. Estando disponível o gasto líquido em pensões seria mais rigoroso usar este último indicador”, pode ler-se no boletim.